

Representações do Escravo Africano na Cronística Portuguesa do Séc. XV e XVI

– Cíntia Martins

Resumo

Independentemente do seu valor historiográfico, a cronística tem ganho um novo relevo ao longo dos tempos, também como fonte histórica, a despeito da crítica que por norma incide sobre a veracidade/autenticidade dos seus testemunhos. Se mais não fosse possível dela extrair (e cremos que é) a literatura cronística é fonte a considerar sobre as formas como, no seu contexto de produção, ela reflete as representações culturais/sociais, dos eventos e dos fenómenos a cuja narração procede. Neste pressuposto, este trabalho procura analisar as representações do escravo africano durante a segunda metade do século XV e o século XVI neste tipo de fontes que permitem ao historiador perceber um dado universo sociocultural a partir do seu particular prisma de observação. Partindo de uma análise contextual e diacrónica e uma aturada crítica de fontes, pretende-se ainda perceber quais as motivações e consequências dessas representações.

Palavras-chave: História; representações; crónicas; mentalidades; escravos.

Abstract

Regardless its historiographical value, chronicles have gained a new relevance over the years, also like a historical source, despite the criticism that normally focus in the veracity/authenticity of their testimonies. If it was not possible to extract more of them (and we think it is), the chronistic literature is a source to consider about the way how, in its production context, reflects the cultural/ social representations, of the events and phenomena which the narrative precedes. Taking this into account, this paper aims to analyze the representations of the African slave during the second half of the fifteenth century and the sixteenth century, in this kind of sources, which allow the historian to understand a concrete socio-cultural universe, from a particular observation point. Starting from a contextual and diachronic analysis and a systematic source criticism, this paper aims also at understanding the motivations and the consequences of those representations.

Keywords: History; representations; slaves; chronicles; mentalities.

Introdução

Apesar de a escravatura se mostrar presente desde a época clássica, o facto é que o alcance e impacto que atingiu durante a idade moderna, especialmente depois dos descobrimentos portugueses, em nada pode ser comparada com as anteriores.

Desde sempre que o sistema escravagista se definiu pela brutalidade e acabou por deixar graves sequelas em três continentes: na América, na Europa e sem dúvida na África, que sofreu com a perda significativa de população e com a violência. Foi, em grande medida, graças à escravatura que os europeus envolvidos neste negócio atingiram um poder político e económico colossal.

As conquistas em Marrocos assinalaram, segundo muitos historiadores do expansionismo moderno português, o início da expansão ultramarina portuguesa.¹ O seu relato, tal como outros, só foi possível devido à ação dos cronistas oficiais do reino, que reforçaram a importância dos descobrimentos e das conquistas portuguesas, ao mesmo tempo que realçavam o poder político que supostamente as sustentava.

Tendo estes aspetos em conta, esta proposta de trabalho foca-se na análise da importância da cronística para a transmissão de uma ideia concebida e manipulada previamente, com fins políticos. Por outras palavras, esta contribuição centra-se na maneira como o “outro”, sendo este o escravo africano, era observado dentro dos quadros mentais da época, expostos nas crónicas, analisando ainda a forma como estes homens eram representados nestas fontes, que independentemente do seu valor historiográfico, tramitem uma particular forma de conceber, pensar e agir dentro dos quadros culturais, políticos e económicos de uma determinada época.

Não se procurou de todo esmiuçar as relações e conflitos entre africanos e portugueses, o que seria deveras complicado tendo em conta o espaço temporal analisado. Procurou-se, sim, conhecer os fatores psicológicos, culturais, políticos e económicos que levaram os portugueses a julgar e a descrever, com fins operativos, os africanos, bem como as causas e consequências dessas representações, procurando detetar potenciais linhas de evolução, sempre tendo em constante consideração os fatores externos. Para isto, encararam-se as crónicas, não como uma fonte irremediavelmente subjetiva (e não o são todas as fontes produzidas por sujeitos históricos) mas como uma tipologia de fonte, válida tanto quanto outras, num percurso

¹ Lembremos que L. F. Reis Thomaz defende o contrário, com Ceuta e demais conquistas no Norte de África.

decisivo que vai do período de transição da Idade Média (Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina) para a Idade Moderna e Renascentista (Garcia de Resende e Damião de Góis).

1. A Escravatura e o Escravo ao Longo dos Tempos

Desde a antiguidade clássica que o uso massivo de escravos e a redução à escravatura de populações vencidas e de minorias étnicas ou religiosas era uma prática comum. Assim, “a escravatura esteve omnipresente nas sociedades antigas e tradicionais. Prosperou no antigo Egipto, onde os africanos eram escravizados e foi instituição fundamental das civilizações clássicas da Grécia e de Roma”.² O número de escravos era cada vez maior nestas sociedades e aumentava não apenas de forma natural, mas também por recrutamentos para lá das fronteiras geográficas de uma unidade política. Nem o aparecimento do cristianismo vem alterar esta imagem nem questionar o seu funcionamento. Nestas civilizações, a escravatura era demasiado importante e valiosa para que fosse posta em causa e desenvolvia-se como um dos princípios fundamentais da organização da economia e da sociedade.

Já na Época Medieval,

nos mil anos que decorreram entre a queda do império romano e o fim do feudalismo, a escravatura (tal como outras formas de servidão) continuou a existir em muitas partes da Europa. Contudo, não havia um método de escravatura único, mas uma grande variedade de sistemas [...] unidos pelo comércio e pelas rotas de transportes de escravos.³

Com o início da expansão marítima, Portugal entra numa nova era, marcada pelo contacto com novos povos, novas culturas e novas realidades, onde o tráfico de escravos assumiria um papel fundamental para a economia portuguesa, criando os seus próprios postos comerciais na costa africana, a partir dos quais se enviavam africanos para as ilhas do Atlântico, Portugal continental e, mais tarde, para o Brasil e as Índias de Castela.

As descobertas e as navegações portuguesas decorridas entre 1420 e 1520 são um dos aspetos mais referidos da História de Portugal,⁴ pois contribuíram não só para o conhecimento do mundo, mas também para o início de uma economia à escala mundial. Os portugueses abriram, dinamizaram e/ou alteraram rotas desde o Norte de

² James Walvin, *História da Escravatura* (Lisboa: Tinta da China, 2008), 15.

³ Walvin, *História*, 29.

⁴ Malyn Newitt, *Portugal na História da Europa e do Mundo* (Alfragide: Texto Editora, 2012), 67.

África até ao Brasil e o Japão, sendo os primeiros a estabelecer longínquos contactos humanos.⁵ As probabilidades de obtenção de benefícios económicos provenientes de regiões tão diferenciadas provocava, portanto, uma mobilização em larga escala de pessoas e bens muito distintos.⁶

Os descobrimentos portugueses das ilhas da Madeira e dos Açores, e da costa africana, no século XV, criaram todo um novo sistema de transações de mercadorias e produtos,⁷ ao mesmo tempo que, a ordem social e económica sofria alterações com a deslocação em massa de homens que procuravam explorar as riquezas desses povos.⁸ O infante D. Henrique é tido como o principal defensor das expedições a Marrocos e durante cem anos estas conquistas mostraram-se como o foco de ambição da coroa e da nobreza portuguesas.⁹ No entanto, as guerras marroquinas não constituíram a única forma de apropriação do Norte de África, nomeadamente na sua vertente atlântica, e trouxeram grandes dissabores para Portugal.

Operações de reconhecimento da costa africana, integradas na dinâmica das descobertas, cedo se tornam em guerras de corso e pirataria,¹⁰ capturando homens e mulheres que se encontrassem no seu caminho e dando origem a operações que permitiam um grande número de prisioneiros que não se encontravam preparados para se defender.¹¹

Desde que se iniciaram os primeiros contactos com os povos da costa ocidental africana, os relatos articulam a captura e o tráfico de escravos como uma forma e meio de evangelização. A primeira razia de que se tem registo terá ocorrido em 1441, quando dois navios portugueses desembarcam no Rio do Ouro e trouxeram cativos uns quantos azenegues. As razões da sua captura assentavam na procura de informações estratégicas, mas também na sua venda como escravos. Foram várias as expedições que se seguiram.¹²

A bula *Romanus Pontifex* do Papa Nicolau V, datada de 1455, veio reconhecer e garantir a Portugal o monopólio comercial destes territórios a sul do Cabo Bojador. O

⁵ José Manuel Garcia, *Breve História dos Descobrimentos e Expansão de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1999), 7.

⁶ Garcia, *Breve*, 8.

⁷ Garcia, *Breve*, 9.

⁸ António Carreira, *Notas Sobre Tráfico Português de Escravos* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978), 9.

⁹ Newitt, *Portugal*, 70-71.

¹⁰ João Medina e Isabel Castro Henriques, *As Rotas dos Escravos: Angola e a Rede do Comércio Negro* (Lisboa, Cegia, 1996), 107.

¹¹ Medina e Henriques, *As Rotas*, 106-107.

¹² A. C. de C. M. Saunders, *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal: 1441-1555* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982), 25-26.

tráfico ao longo da costa ocidental foi aumentando e o número de escravos capturados anualmente foi crescendo. Também a procura estrangeira levava à sua reexportação, para a Europa e mais tarde para a América.¹³

A partir do século XVI o comércio torna-se cada vez mais lucrativo para a coroa devido à fiscalidade sobre cada indivíduo vendido e, em 1512, Lisboa transforma-se no porto oficial de desembarque de escravos, apesar de outros portos continuarem a recebê-los.¹⁴

2. Tendências Historiográficas

A historiografia tem-se debruçado sobre a análise do escravo em Portugal a partir de diversos ângulos, ainda que não de forma generalizada ou proeminente. As informações recolhidas nessa bibliografia podem ser divididas em quatro grupos de interesse, que de seguida se apresentam.

2.1. Questões Logísticas e Motivações

No que toca às questões que levaram ao tráfico dos escravos, os trabalhos de António Carreira, Vitorino Magalhães Godinho, James Walvin, João Medina e Isabel Castro Henriques são de salientar.

A primeira ideia que ressalta é a de que a escravatura já fazia parte da realidade do território português, no entanto foi-se intensificando ao longo dos tempos. Vitorino Magalhães Godinho confronta dois pontos de vista para explicar tal tendência: o de Kowalewsky que relaciona este aumento com a peste negra, que drasticamente baixou a mão-de-obra disponível na Europa e, concomitantemente, em Portugal, e o de Verlinden que rejeita esta relação uma vez que a agricultura era escassa e os escravos já se encontravam presentes, aumentando portanto a escravatura por facilidades de oferta e pelos circuitos do comércio e circulação mas também pelo aumento da procura.¹⁵

A crise agrícola, derivada da peste negra, que levava a uma demanda de novas possibilidades de abastecimento de mão-de-obra face à rarefação europeia desta durante o século XIV, mas também derivada de exigências das novas produções e de uma nova sociedade que cada vez mais procurava serviços dependentes dos seus

¹³ Saunders, *História*, 26-27.

¹⁴ Didier Lahon, *O Negro no Coração do Império* (Lisboa: Ministério da Educação, 1999), 31.

¹⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (Lisboa: Editorial Presença, 1991), IV, 152.

senhores, são dois dos elementos apontados. Graças a isto, dão-se então os primeiros assaltos às ilhas e à costa africana,¹⁶ que segundo Maria do Rosário Pimentel são bem representados nos escritos de Luís de Cadamosto e Duarte Pacheco Pereira que “testemunham não só a existência deste comércio orientado em diversas direcções [...] mas também transacções locais entre povos africanos [...]”.¹⁷

Com técnicas de navegações e conhecimentos de cartografia cada vez mais aprofundados, cada nova viagem proporcionava um sem número de mercadorias, em que se incluíam elementos dos povos africanos, o que permitiu encarar o negócio de escravos não apenas como um fenómeno económico, mas também sociopolítico.¹⁸

Para Walvin, no século XV, os portugueses começam então a desenvolver os seus próprios postos comerciais na costa africana, a partir dos quais enviavam africanos para as ilhas do Atlântico e para Portugal.¹⁹ Já no final do século eram vastos os tratados feitos com vários estados africanos, com vista ao fornecimento de escravos essencialmente para mão-de-obra nos Açores, nas ilhas de Cabo Verde, em Espanha e em Portugal. Esta não seria, de todo, a ideia inicial dos portugueses que no início apenas procuravam lucrar com novas mercadorias, mas estes hábitos, de dependência e procura de mão-de-obra escrava, depressa se impregnam numa altura em que as antigas formas de servidão eram abandonadas e o lucro do negócio se mostrava cada vez maior.²⁰

Didier acrescenta que na capital eram desembarcados, sob vigilância dos funcionários da Casa dos Escravos pertencente à Casa da Guiné, e de seguida expostos e colocados à venda, um número cada vez mais significativo de escravos.²¹ Inicialmente perfariam um total de 5 a 10% da população ativa²² e estes homens provinham maioritariamente da região do Senegal até à Guiné-Bissau e mais tarde, da Serra Leoa.²³

2.2. Questões Socioeconómicas

Qual teria sido o impacto económico e social do tráfico de escravos que os portugueses pretendiam assegurar, numa altura em que o seu comércio era cada vez

¹⁶ Godinho, *Os Descobrimentos*, 153.

¹⁷ Maria do Rosário Pimentel, *Chãos de Sombras: Estudos Sobre Escravatura* (Lisboa: Colibri, 2010), 16.

¹⁸ Carreira, *Notas*, 12.

¹⁹ James Walvin, *O Tráfico de Escravos* (Lisboa: Temas e Debates, 2001), 15.

²⁰ Walvin, *O Tráfico*, 16.

²¹ Lahon, *O Negro*, 31.

²² Lahon, *O Negro*, 8.

²³ Lahon, *O Negro*, 36.

mais reforçado e se apresentava indispensável nas sociedades europeias? Tal como outros autores, António Carreira aduz contributos para o estudo destas temáticas. No que toca à compra e exportação inicial de escravos, esta era exercida por negociantes isolados com a licença do rei, pois a coroa não possuía uma organização preparada para assumir as rédeas do negócio. A sua preocupação mantinha-se no ouro, pois ainda não se teriam apercebido do quão lucrativo poderia ser este tráfico negreiro.²⁴ Já a partir de 1469 até à segunda metade do século XVII, esta realidade sofre alterações e o resgate de escravos passa a ser exercido da seguinte maneira: primeiro por administração direta da coroa, segundo por concessão de licenças para a compra de escravos e terceiro arrendando áreas onde se adquiriam escravos.²⁵

Estudos mais recentes, levados a cabo por Didier Lahon, são uma mais-valia para este assunto, permitindo uma visão mais clara. Nos seus ensaios, Didier, tal como Jorge Fonseca, aponta um total de cerca de 10% para a população escrava nas cidades de Lisboa e Évora, em meados do século XVI, o que no caso de Lisboa perfaria um total de cerca de 10.000 indivíduos.²⁶ Já António Almeida Mendes apresenta-nos, num total de 51 viagens identificadas, 41 que provinham de Arguim com mais de 100 escravos perfazendo um total aproximado de 6298, mas dos quais apenas 6042 chegariam vivos a Lisboa.²⁷ O mesmo autor refere que, no que toca aos estudos sobre as exportações de escravos e as feitorias, continuamos ainda apenas sujeitos a trabalhos de Philip Curtin e Vitorino Magalhães Godinho,²⁸ que apontam uma entrada anual de 2.000 a 3.000 escravos em território Português.²⁹

Para Lahon, a fraca taxa de natalidade da população escrava e a grande taxa de mortalidade, não permita aos portugueses manterem-se sem as suas importações permanentes. Os estudos realizados por este autor permitem observar que em três freguesias de Lisboa, os escravos não somente acompanharam a evolução da população da capital, mas aumentaram até à proibição da sua importação na Europa, em 1761.³⁰ É necessário ter em conta, no entanto, que estes indivíduos nem sempre se

²⁴ Carreira, *Notas*, 16.

²⁵ Carreira, *Notas*, 21-22.

²⁶ Didier Lahon. "Da Redução da Alteridade a Consagração da Diferença: as Irmandades Negras em Portugal (Séculos XVI-XVIII)", *Projecto História*, 44 (2012): 54.

²⁷ António Almeida Mendes, "Portugal e o Tráfico de Escravos na Primeira Metade do Século XVI", *Africana Studia*, 7 (2004): 20.

²⁸ Mendes, "Portugal", 14.

²⁹ Godinho, *Os Descobrimentos*, 167.

³⁰ Didier Lahon, "O Escravo Africano na Vida Económica e Social Portuguesa do Antigo Regime", *Africana Studia*, 7 (2004): 78.

encontravam registados e só apenas nos registos de casamentos, óbitos, que se mostravam pouco numerosos, ou batismos, poderiam vir a ser contabilizados.³¹

Mas quem possuía meios suficientes para comprar um escravo? Esta é uma temática da qual se apodera A. C. de M. Saunders e Didier Lahon. Segundo o primeiro: “Excepção feita aos pedintes, fosse qual fosse a sua classe social, do jornaleiro ao rei, todas as pessoas tinham escravos. Até as prostitutas, a quem não eram permitidas criadas livres, podiam ter jovens escravas em suas casas”.³² Já Jorge Fonseca acrescenta que uma característica que é frequentemente associada ao escravo é a do emprego em ofícios violentos e perigosos, sendo que exerciam também diversas atividades mais leves.³³ Como diz Charles Verlinder, o escravo ocupava uma função principalmente doméstica, tornando-se apenas uma importante força de trabalho nas plantações.³⁴ Saunders continua dizendo que “Uma das mais notórias características que emerge deste mundo acerca do papel dos escravos na economia é o de não haver nenhuma ocupação especificamente associada a escravos”.³⁵ A necessidade do trabalho destes indivíduos nos mais diversos ofícios vem por isso dificultar o estudo preciso das suas atividades.³⁶

Giulio Landi refere alturas em que encontrar domésticos livres era particularmente difícil, tendo em conta a situação financeira da classe média, que se via obrigada a recorrer ao trabalho escravo, pois empregar pessoas livres era um luxo para a época. Por isso, durante o século XVI, não é nas casas nobres que se encontra o maior número de escravos.³⁷

A partir deste mesmo século, são inúmeros os casos de artesãos que utilizam a mão escrava. Na capital, os dados confirmam que entre 60% a 70% pertenciam sem dúvida às categorias sociais que exerciam atividades mecânicas.³⁸ Estes homens aprendiam um ofício com o seu patrão que mais tarde lhes poderia dar acesso à liberdade, ou a uma melhor forma de sobreviver, quando livres.³⁹ Estas tendências podem ser aferidas nos anúncios a escravos fugidos ou em cartas de alforria que revelavam as suas qualificações e justificavam o interesse em recuperar o escravo, em

³¹ Lahon, “O Escravo”, 79.

³² Saunders, *História*, 95.

³³ Jorge Fonseca, *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista* (Lisboa: Edições Colibri, 2010), 15.

³⁴ Mendes, “Portugal”, 14

³⁵ Saunders, *História*, 117.

³⁶ Lahon, “O Escravo”, 86.

³⁷ Lahon, “O Escravo”, 82.

³⁸ Lahon, “O Escravo”, 92.

³⁹ Lahon, “O Escravo”, 89.

caso de fuga.⁴⁰ No entanto, para estes homens, proprietários de escravos, as razões não eram apenas de índole económica, mas também social, pois para quem exercia um determinado ofício, nesta altura, era-lhe vedado o acesso a cargos honoríficos, só revogado em caso de dispensa quando o candidato podia provar que conseguia viver sem trabalhar com as suas mãos.⁴¹ Os escravos, portanto, transmitiam essa possibilidade e marcavam a distinção social dos demais, razão pela qual o grupo dos pequenos e meios proprietários dominava, neste sistema de apropriação.⁴² Graças a estas questões, a competição económica entre escravos e naturais do reino instala-se, levantando-se resistências e rejeições em algumas corporações de ofícios.⁴³ Segundo Vitorino Magalhães Godinho: “na Lisboa quinhentista, o estabelecimento de escravos em oficinas e tenda será um dos modos de vida dos portugueses”.⁴⁴

2.3. Questões Religiosas

Para Saunders,

até ao Concílio de Trento, a hierarquia eclesiástica não deu grande prioridade em alentar nos escravos a vida espiritual. De facto, movida por razões de Estado e por uma autêntica piedade estava a coroa mais preocupada do que a igreja com a evangelização da comunidade não europeia em Portugal.⁴⁵

No entanto, diversos autores, quer utilizando Zurara como referência, ou outros relatos da altura, chegam à mesma conclusão e defendem a existência de uma consciência religiosa e política da época. As ideias e teorização sobre a escravidão no pensamento português surgiam das influências da antiguidade, presentes agora no pensamento ocidental, e encontravam-se fortemente associadas ao pecado original:

[...] as concepções sobre o relacionamento dos senhores com os cativos mostram sobretudo a influência de Séneca e de S. Tomás de Aquino e as teses acerca da liberdade dos índios americanos e da escravização dos negros derivavam do debate dos teólogos castelhanos sobre idênticos assuntos.⁴⁶

Desde que se iniciaram os primeiros contactos com os povos da costa ocidental, estes homens defendiam que o tráfico de escravos seria um meio bastante eficaz de

⁴⁰ Lahon, *O Negro*, 56.

⁴¹ Lahon, “O Escravo”, 92.

⁴² Lahon, “O Escravo”, 93.

⁴³ Lahon, “O Escravo”, 85.

⁴⁴ Godinho, *Os Descobrimentos*, 199-200.

⁴⁵ Saunders, *História*, 203.

⁴⁶ Fonseca, *Escravos*, 34.

envangelização e de “humanizar a sorte daqueles que tinham caído nessa condição”.⁴⁷ Zurara, tentando explicar a primeira partilha de escravos em Lagos, vai lançar diversas teses para explicar todos os “horrores” a que assistira.

No entanto, Maria do Rosário Pimentel acrescenta que

Não bastava que se apaziguassem as acusações de consciência, perante a justificação de que a Providência se servia da escravidão para levar os escravos ao conhecimento da verdade, aos privilégios do cristianismo e às vantagens da civilização [...]. Era fundamental, também, que a prática escravista se baseasse nos novos princípios teológico-jurídicos que a legitimavam, sem contrariar os preceitos cristãos e os ditames da razão.⁴⁸

2.4. Questões Culturais

Para estas perspetivas, salientaria, essencialmente, quatro autores: João Paulo Costa, Teresa Lacerda, Jorge Fonseca e Saunders, este último com dois subcapítulos bastante interessantes e oportunos onde explica *Como os Brancos Viam os Negros e A Realidade Humana* da época.⁴⁹

A maneira como os europeus julgavam os africanos baseava-se em pressupostos que se encontravam há muito entranhados na cultura, encarando-se o tráfico e a escravatura como uma solução. De facto, “a tradição medieval associava a cor negra à tristeza e à morte e, por extensão, ao pecado e ao demónio, assim como a cor branca à luz, à inocência e à virtude”,⁵⁰ teoria bastante presente nas crónicas de Zurara quando fala do desembarque de cativos na praia de Lagos.

João Medina e Isabel Henriques salientam, nas suas obras, uma espécie de grelha de apreciação criada por Zurara, que sublinha a distância que separa os brancos dos não brancos. Na base da grelha podemos encontrar os pretos,

que o texto de Zurara exclui dos valores e das formas das espécies humanas. Essas «coisas» não podem ser integradas na espécie humana, visto apresentarem formas de parentesco com as figuras diabólicas, não pertencendo nem ao céu, nem à terra, mas sim ao ctónico, ao subterrâneo, onde habitam desde sempre as forças diabólicas.⁵¹

⁴⁷ Pimentel, *Chãos*, 46.

⁴⁸ Pimentel, *Chãos*, 47.

⁴⁹ Saunders, *História*, 223 – 233.

⁵⁰ Fonseca, *Escravos*, 296.

⁵¹ Medina e Henriques, *As Rotas*, 103.

Godinho, a partir de relatos da altura aponta as causas segundo as quais se pode considerar justiça ser feito cativo e vendido: em caso de guerra justa, em que o vendido pertence ao vencedor, perdendo a sua liberdade, por delitos públicos que a lei pune com a perda de liberdade e os pais que em extrema necessidade vendem os seus filhos. Em suma: a compra e venda de negros é, quanto ao direito em si, lícita e justa.⁵²

O escravo já não é um instrumento com voz como na concepção romana, mas uma coisa, um bem mercantil e um objeto de compra, venda ou doação, passível de se transmitir por testamento ou herança, estando presente nos inventários do património de muitos senhores e dotes de casamento.⁵³

Como diz José Campos, “Algumas práticas de colonização hoje absolutamente inadmissíveis foram toleradas pela consciência moral dos cristãos e, em certos períodos, com maiores e mais estritas condições, também por autoridades eclesiásticas”.⁵⁴

Godinho apresenta alguns dos direitos destes homens, que de forma quase consensual caracterizavam estas personagens com absoluta dependência de outra pessoa, numa relação muitas vezes de violência e de humilhação que nem sempre foi igual, tendo dependido essencialmente das condições em que a escravatura se desenvolveu, quer técnicas, políticas, económicas ou culturais.⁵⁵

Já Jorge Fernandes contribui com mais algumas visões importantes, entre as quais a ideia de que a grande maioria não recebia contrapartida pelo seu trabalho, sendo esta uma característica fundamental da escravidão. No entanto, haviam alguns que eram remunerados, como os escravos de ganho em Portugal e no Brasil, cujo rendimento era usado como forma de incentivo. Não podemos por isso considerar o trabalho gratuito como essencial, sendo, no entanto, uma característica da escravatura, na maioria dos casos.⁵⁶

Outra característica que lhes é frequentemente associada é a do emprego em ofícios violentos e perigosos, ideia retirada das plantações, minas e dos remadores das galés. No entanto exerciam outras tarefas menos violentas. Também o carácter hereditário do escravo foi comum a todas as formas que a escravatura assumiu, no

⁵² Godinho, *Os Descobrimentos*, 183.

⁵³ Godinho, *Os Descobrimentos*, 185-86

⁵⁴ José Marino de Campos, *Os Descobrimentos: Encontro de Povos, Culturas e Religiões* (Apelação: Paulus, 1998), 137.

⁵⁵ Godinho, *Os Descobrimentos*, 186.

⁵⁶ Fonseca, *Escravos*, 14.

entanto, a escravidão por dívidas para evitar a prisão não era transmitida por descendentes.

Ainda o credo religioso ou a cor da pele eram utilizadas como pretexto, pois estas diferenças

de feições foram frequentemente associadas a selvajaria, própria dos povos destituídos das mais elementares regras da civilização e destinados pela própria natureza a servir as nações com características físicas tidas por normais e hábitos considerados mais elevados. Isso passou-se com os europeus e os árabes em relação aos negros, mas essa atitude preconceituosa, a que chamamos racismo, foi tanto a causa da sua escravização como um dos resultados de séculos de prática escravagista.⁵⁷

Estas diferenças invocadas serviam essencialmente para justificar o domínio de uns sobre os outros.

João Paulo Costa e Teresa Lacerda, na sua obra *A interculturalidade na Expansão Portuguesa*, apresentam três perspectivas bastante diferentes destas relações, comparando a visão religiosa de Zurara, com o “retracto de cariz etnográfico e não antropológico, com inúmeras referências aos hábitos alimentares, aos costumes e às práticas”⁵⁸ e reparos morais marcados pelas suas vivências de Luís de Cadamosto e as ideias de Duarte Pacheco Pereira, que “comportam uma crítica global e esclarecida sobre a «civilização africana»” tratando-se “de impressões marcadas pelo momento, pela forma como o «outro» respondeu às suas solicitações sobre a gentildade destes povos [...] acredita-se que «prezará a nosso senhor que cedo os fará cristãos»”.⁵⁹

3. A Importância das Crônicas e das Suas Representações

A conquista de Ceuta, em Marrocos, assinalou o início da expansão ultramarina portuguesa. O relato deste acontecimento e de outros semelhantes foi possível graças à decisão da corte de nomear um cronista oficial. [...] A importância tradicional da historiografia nas letras portuguesas foi reforçada pela nova necessidade de relatar os acontecimentos da expansão oceânica e os contactos estabelecidos com novos povos. Neste contexto, a prosa portuguesa viu-se confrontada com o desafio de descrever

⁵⁷ Fonseca, *Escravos*, 16.

⁵⁸ João Paulo Costa e Teresa Lacerda, *A Interculturalidade da Expansão Portuguesa* (Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2007), 48.

⁵⁹ Costa e Lacerda, *A Interculturalidade*, 50.

coisas e costumes novos. Por outro lado, os cronistas portugueses também desenvolveram um discurso sobre a legitimidade do poder político.⁶⁰

Segundo Joel Serrão,

Em geral, entende-se por *crónicas* os relatos históricos [...] onde os factos aparecem registados e expostos de maneira simples e por ordem cronológica, sem que os respectivos autores procurem determinar-lhes as causas e efectuar o seu encadeamento”,⁶¹

sendo, porém, esta definição sujeita a contestações e interrogações.

Para Ana Paula Avelar, a cronística portuguesa da expansão é um dos meios narrativos que melhor exprime a vontade do poder político português e a melhor forma de legitimar a presença dos portugueses em outros espaços europeus. É precisamente graças a estes aspetos, que a sua produção, durante este espaço de tempo, dispara e homens próximos do rei eram escolhidos para escrever sobre os monarcas anteriores ou as personagens marcantes da história da expansão portuguesa. Estas fontes têm então um duplo sentido, o da legitimação do poder e o de fornecer matéria didática para as gerações vindouras, funcionando também como um instrumento de publicitação da figura do rei e da coroa portuguesa, dentro de toda a Europa.⁶²

Até ao aparecimento de Fernão Lopes, as crónicas não passavam de compilações de diversos registos e materiais. A primeira grande compilação histórica de origem portuguesa terá sido *A Crónica Geral de Espanha*, de 1344. Já com Fernão Lopes, em 1419, redige-se a primeira crónica de Portugal, a *Crónica Geral do Reino*.

Sucedeu-lhe Gomes Eanes de Zurara que deixou a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Crónica dos Feitos da Guiné* e as de D. Pedro e D. Duarte de Meneses.

Com Rui de Pina são escritas as crónicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Sobre este último monarca também Garcia de Resende se debruçou. Damião de Góis escreveu a *Crónica do príncipe D. João* e a *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, enquanto Francisco de Andrada se dedicou à de D. João III anos mais tarde.⁶³

No entanto, no que toca a estes escritos, é necessário ter alguns aspetos em consideração. Estas não são necessariamente as fontes mais fidedignas ou objetivas.

⁶⁰ Luís de Sousa Rebelo, “Língua e literatura no império Português”, Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800* (Lisboa: Edições 70, 2010), 371.

⁶¹ Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), I, 753- 754.

⁶² Ana Paula Avelar, “A Cronística Portuguesa da Expansão: Modelos e Práticas Discursivas: Narrativas de um Poder em Questão”, *Colóquio Internacional Discursos de Legitimação: Atas* (Lisboa: Universidade Aberta, 2003).

⁶³ Serrão, *Dicionário*, 753- 754

Apesar disso, é precisamente este seu carácter subjetivo e duvidoso que as torna a melhor fonte para o trabalho em curso. Por outras palavras, a crónica é um relato de certos eventos históricos, no entanto com uma vocação mais literária e ideológica, pois os eventos são descritos cuidadosamente de forma a transmitir uma intenção específica. Independentemente do seu valor historiográfico, é a sua falta de isenção que melhor permite perceber os quadros mentais e as motivações da época, bem como as estratégias utilizadas a partir do evidente carácter pessoal do autor.

Por estas e mais razões, foram estas as fontes selecionadas para sustentar empiricamente este trabalho. Tendo em conta que o período de tempo proposto para este estudo se situa no século XV e XVI, e as representações do escravo africano as escolhidas, autores desde Zurara a Damião de Gois são aqueles que requereram toda a atenção.

3.1. O Caso das Crónicas de Gomes Eanes de Zurara

Começando com Zurara, o seu trabalho como cronista é composto de quatro grandes obras que se desenvolveram em duas áreas geográficas distintas. Uma primeira em que se dedica à tomada de Ceuta e à fixação dos portugueses no Norte de África (1ª, 3ª e 4ª crónicas) e uma segunda que diz respeito aos avanços dos portugueses e a sua exploração da costa africana e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores (2ª crónica):

A *Crónica da Tomada de Ceuta*⁶⁴ é chamada por alguns como a terceira parte da crónica de D. João I, da qual Fernão Lopes escreveu as duas primeiras partes. Feita a mando do rei, começou a ser escrita em 1449 e foi concluída sete meses depois.

A *Crónica dos Feitos da Guiné*⁶⁵ terá sido encomendada por D. Afonso V de modo a que fossem colocados por escrito os feitos do Infante D. Henrique. Haveria intenções de se fazer um segundo volume. É necessário ter igualmente em consideração que Zurara não conhecia a realidade aqui descrita, pois apesar de se ter deslocado a África ficou apenas por Ceuta, já conquistada e controlada pela coroa portuguesa. Trata-se também de uma memória que tinha como objetivo obter a legitimação papal para a guerra do Norte de África, como sendo uma cruzada, e desta forma justificar a escravização destes homens.

⁶⁴ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta* (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942).

⁶⁵ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989).

A *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*⁶⁶ é dada como uma espécie de continuação da *Crónica da Tomada de Ceuta*. Escrita a mando de D. Afonso V, é começada por volta de 1458 e concluída em 1463.

A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*⁶⁷ conta os feitos do filho bastardo de D. Pedro de Meneses, no seu cargo de capitão e governador de Alcácer-Ceguer. Para a escrever, o autor esteve em África quase um ano (1467-68). Faltam-lhe ainda capítulos e alguns não estão completos.⁶⁸

As suas crónicas foram, portanto, desde o início concebidas como uma forma de elogiar algumas personagens históricas e exaltar os feitos de toda uma aristocracia bélica, relatando acontecimentos por meio de uma retórica de reforço de grandiosidade.⁶⁹

Na *Crónica da Tomada de Ceuta* não há muito a assinalar quanto ao tema que nos prende a atenção, no entanto é possível verificar a temática da corrida ao “infiel”:

[...] determinamos que uossa mercê pode mouer guerra contra quaisquer infieis, assy mouros como gentios ou quaisquer outros que, por algum modo, negarem alguns artigos da santa fé católica, por cujo trabalho merecereis grande galardão do nosso senhor Deus para a uossa alma.⁷⁰

Mas também as descrições dos contactos com os primeiros povos:

Nem a uista daquelle mouro nom era pouco espantosa. ca elle auia o corpo todo negro assy como huũ coruo, e os demtes muy grandes e aluos, e os beyços grossos e rreulltos.⁷¹

Também na *Crónica dos Feitos da Guiné* é possível atestar o peso da igreja e da evangelização e com ela a corrida ao “infiel”. Desta forma, o mouro, ou o mouro negro, tal como é referido, é representado consoante a perceção religiosa da época, ou melhor, a perceção religiosa da época é utilizada para legitimar a inferioridades dos africanos:

E aqui haveis de notar que estes negros, posto que sejam mouros como os outros, são porém servos daqueles, por antigo costume, o qual creio que seja por causa da rendição

⁶⁶ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* (Porto, 1988).

⁶⁷ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006).

⁶⁸ Zurara, *Crónica da Tomada*, 5-12.

⁶⁹ Nuno Campos e Isabel Carneiro, *O Padrão dos Descobrimentos – Roteiro para Visita de Estudo* (Coimbra, 1994).

⁷⁰ Zurara, *Crónica da Tomada*, 67.

⁷¹ Zurara, *Crónica da Tomada*, 81.

que, depois do dilúvio, lançou Noé sobre seu filho Caim, pela qual o maldisse que a sua geração fosse sujeita a todas as outras gerações do mundo; da qual estes descendem.⁷²

Zurara desenvolve ainda uma espécie de grelha de apreciação, já mencionada acima, que sublinha a distância que separa os brancos dos não brancos à medida que estes homens desembarcavam em Portugal, baseando-se no modelo do civilizado, ou seja, do europeu. Num primeiro grupo, temos os indivíduos da costa ocidental africana, que pela sua tez mais clara, podem ser comparados, mas não confundidos com os europeus. Num segundo grupo, encontram-se aqueles sem qualquer comparação com os brancos.⁷³

Outro aspeto bastante presente nesta crónica é o contraste entre a terra dos mouros e a terra dos negros:

O qual, partindo com sua companhia, nunca quis amainar; até que passou a terra dos Mouros e chegou à terra dos negros que são chamados Guinéus. E ainda que nós já nomeássemos algumas vezes em esta história por «Guiné» a outra terra em que os primeiros foram, escrevemo-lo assim em comum, mas não porque a terra seja toda uma; pois grande diferença têm umas terras das outras e mui afastadas estão, segundo departiremos adiante onde achamos lugar disposto para isto.⁷⁴

É possível, portanto notar, ao longo da crónica, que apesar de Zurara considerar que todos eram mouros, uns mais escuros de pele do que os outros, havia uma certa diferença nas suas terras, cultura e até na sua população, com atributos pessoais assentes numa base hierarquizada, pois apesar de tanto mouros como negros serem considerados bestas e homens condenados pela sua falta de fé, denota-se um maior respeito no que toca aos negros, porventura por serem considerados gentios e não muçulmanos.

A legitimação da sua escravização apoia-se na maldição bíblica derivada das suas vivências em pecado às quais estes homens sempre estiveram sujeitos. Justificando desta forma a sua condição de servos, tanto mouros como negros deveriam ser escravizados para que desta forma a sua alma fosse salva.

Posto isto, o fim destes homens é sempre determinado perante uma leitura religiosa dentro da qual se joga a negritude da Guiné onde os seus habitantes não têm uma religião aparente, ou o estatuto dos mouros do Norte de África, que seguem o

⁷² Zurara, *Crónica dos Feitos*, 41.

⁷³ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 57.

⁷⁴ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 67.

Islamismo. Aqui se recupera um pensamento típico da Idade Média, o do homem civilizado vs. o homem selvagem, religiosamente vazios que apenas a religião católica poderia salvar.

Na tabela abaixo é possível notar algumas diferenças nas descrições de mouros e de negros:

Quadro 1. Comparação entre as descrições de negros e mouros na *Crónica da Guiné*, com alguns exemplos.

Mouros	Negros
<p>Militarmente fracos: “[...] todos juntos em mangote, sem outras nenhuma armas para ofensa nem defesa, somente azagaias.”; “[...] em cima de cavalos, com lanças e espadas que são armas que qualquer deles nunca vira.”⁷⁵</p>	<p>Militarmente fortes: “Depois, começaram a atacar os guinéus em cuja busca ali tinha vindo; os quais acharam tão [a]percebidos que, embora muitas vezes tentassem sair em terra, sempre acharam valente defesa que não ousaram chegar a eles.”⁷⁶</p>
<p>Medrosos: “E, assim desacordados, começaram de fugir sem nenhuma ordenança de resguardo.”⁷⁷; “E assim com esta angústia, começaram de fugir, não todos juntamente, nem por um [só] caminho, mas cada um para a sua parte, deixando de todo, já sem qualquer esperança de remédio, as mulheres e filhos.”⁷⁸</p>	<p>Corajosos e prontos a se defender: “Dos quais os guinéus havendo vista, correram para a praia com as suas [a]dargas e azagaias, como homens que se queriam fazer prestes para a peleja.”⁷⁹; “E sucedeu que, antes que saíssem em terra, saíram da outra parte 12 barcos, nos quais estariam uns 70 ou 80 guinéus, todos negros, e com arcos nas mãos”.⁸⁰</p>
<p>Bárbaros: “[...] parecessem gente barbárica e bestial [...]”.⁸¹</p>	<p>Bárbaros mas de forma compreensível: “[...] estes negros, posto que sejam mouros como os outros, são porém servos daqueles [...], o qual creio que seja por causa da maldição que, depois do dilúvio, lançou Noé [...]”⁸².</p>

⁷⁵ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 30.

⁷⁶ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 139.

⁷⁷ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 37.

⁷⁸ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 128.

⁷⁹ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 89.

⁸⁰ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 160.

⁸¹ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 38.

⁸² Zurara, *Crónica dos Feitos*, 41.

Fisicamente fracos e preguiçosos: “[...] e como homens fora de si e minguados de esforço [...]”; “E os nossos [...], em parte se alegraram, por estarem livres do perigo que antes esperavam”. ⁸³	Fisicamente fortes e valentes: “[...] no qual [barco] estavam cinco guinéus valentes e fortes [...]”. ⁸⁴ ; “[...] E ainda que o primeiro fosse tão forte e tão valente, e se dispusesse à peleja com tal vontade [...]”. ⁸⁵
Enganadores: “E assim, pelos sinais daquele mouro foram guiados a uma aldeia onde, chegando não acharam coisa alguma de que pudessem fazer presa” ⁸⁶ .	Cautelosos: “[...] e já sabeis que a gente desta terra não é tão fácil de filhar como nós desejamos, porque são homens mui fortes, cautelosos e [a]percebidos em suas pelejas.” ⁸⁷
Mulheres sexualmente promíscuas: “E as mouras, atentando naqueles dois reféns, pensaram [a] cometê-los, mostrando mui grande desejo de jazerem com eles”. ⁸⁸	Mulheres resilientes: “Mas a força da mulher era assaz para maravilhar, pois de três que se ajuntaram a ela, não havia nenhum que não tivesse bastante trabalho querendo-a levar ao batel.” ⁸⁹

Fonte: Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989).

Apesar de Zurara defender que estes homens (os negros) eram escravos devido aos seus pecados, este cronista mostra-se bastante ambíguo nas suas opiniões, o que por vezes nos deixa confusos no que toca à sua concordância ou não com esta política escravagista. Esta questão nota-se perfeitamente no capítulo vinte e cinco da *Crónica dos Feitos da Guiné*.⁹⁰

Ó tu, Celestial pai, que, com Tua poderosa mão sem movimento, de Tua divinal essência governas [...]. Eu te Rogo que as minhas lágrimas não sejam dano da minha consciência: porque, não por sua lei, destes, mas a sua humanidade constrange a minha a que chore piedosamente o seu padecimento. [...] Mas qual seria o coração, por duro que pudesse ser, que não fosse pungido de piedoso sentimento vendo assim aquela campanha? Porque uns tinham as caras baixas e os rostos lavados em lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos céus,

⁸³ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 71.

⁸⁴ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 144.

⁸⁵ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 117.

⁸⁶ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 82.

⁸⁷ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 139.

⁸⁸ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 74.

⁸⁹ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 163.

⁹⁰ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 56-58.

firmando os olhos em eles, brandando altamente como se pedissem socorro ao Pai da Natureza [...].⁹¹

No entanto, logo de seguida, surgem observações como a seguinte:

Que [com] tamanho ajuntamento de navios, vergonhosa coisa seria tornar para Portugal sem avantajada presa. E porquanto o Infante soube, por alguns daqueles mouros que levou Nuno Tristão, que na ilha de Naar (que é aqui cerca) haverá em ela pouco menos de duzentas almas.⁹²

Com isto não restam dúvidas que alguns portugueses eram sensíveis ao sofrimento provocado pela escravatura, incluindo, de certa forma, Zurara, que acaba por mostrar por eles uma certa simpatia. No entanto, esta questão moral e o peso nas consciências acabou por não ser o suficiente para se promover a ausência de redução à sua condição de escravos.

O lucro, já nesta altura, começa-se a mostrar mais importante que a cristianização. Apesar disso, esta última continua a ser utilizada como uma forma de legitimação:

Mas para que falo eu [em] estas coisas, visto que sei que somos todos filhos de Adão compostos de uns mesmos elementos, e que todos recebemos alma como criaturas racionais. Certo é que os instrumentos em alguns corpos não são tão dispostos para seguir as virtudes como são outros a que Deus, por graça, outorgou tal poderia, e, carecendo dos primeiros principios de que [de] pendem os outros mais altos, fazem vida pouco menos de bestas. Porém, em três modos se [re] parte a vida dos homens, segundo diz o Filósofo. Os primeiros são aqueles que vivem em contemplação, deixando todas as outras coisas do Mundo; somente se ocupam em orar e contemplar cidades, aproveitando seus bens e tratando uns com os outros. E os terceiros são os que vivem nos ermos, afastados de toda a convivencia, os quais porque não hão perfeitamente o uso da razão, vivem assim como bestas, semelhantes a estes que, depois da divisão das linguagens que por vontade de Nosso Senhor Deus se fez em a torre de Babilónia, espalhando-se pelo mundo, ficaram ali [aonde chegaram] sem acrescentarem qualquer parte de sabedoria em seu primeiro uso. Mas, todavia, hão seus padecimentos como as outras criaturas racionais como [seja] amor, ódio, e esperança, e temor, e assim as outras doze [paixões] que todos naturalmente havendo, das quais cada um usa, mas,

⁹¹ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 56-57.

⁹² Zurara, *Crónica dos Feitos*, 46.

mais ou menos segundo a graça que tem de Deus, pois, segundo diz S. Paulo, Deus é o que obra em nós o seu cumprimento.⁹³

Já nas suas crónicas do Conde D. Duarte e D. Pedro de Meneses, as representações dos novos povos de onde são retirados os cativos são feitos num jogo de Mouro vs. Cristão. Estas crónicas são uma espécie de propaganda para o cristão ideal, representando os mouros como a antítese que deve ser combatida a todo o custo e tendo o cristão como objetivo conquistar as terras dos infiéis.

Aqui é criado todo um retrato ideal da nobreza deste século, onde se procurava resgatar a sua memória e exprimir uma reflexão sobre os valores aos quais a figura do cavaleiro estava ligado, dentro do contexto africano.

Cavaleiro:

Ficou este Conde Dom Pedro, moço pequeno per morte de seu Padre, e foi homem em que ouve meãa estatura, corpo largo, e fortes membros, homem de grande gasalhado, e acolhimento, de honroso e grande coração liberal e prestador de suas riquezas, assi a naturaes, como estrangeiros, homem Catholico, e amigo de Deos, grande remidor de cativos, pera salvação dos quaes nom tinha em conta nenhuma riqueza nem thezouro, nem receava de dar hum Mouro de grande rendição, por hum muito pobre Christão [...].⁹⁴

Mouro:

Diz aquy o autor que screueo esta storea que se nom enganaua dom Duarte pensar o que alguuns daquelles podyam temer. por que a natureza nom quis a todos proueer de Jgual fortalleza. E cada huum nom pode receber mais que aquello que lhe he dado pollas Jnfluencyas do ceo. ca posto que todo dom comprido e perfeito descenda do padre dos lumes segundo diz sanctyago em sua primeyra canonyca. todauya prouue aaquelle summo da dor que ouuesse hy corpos superiores sob cuia sogeiçom e senhoryo uiuem os Jnferyores. E tam fortemente soiugam e apremam aquellas cousas de cima a estas de baixo que se nom for per specyal priuilegio ortorgafo pello formador da natureza nom poderyam os homeens uiuer per outra ordenança.⁹⁵

3.2. O Caso das Crónicas de Rui de Pina

De Rui de Pina e a *Crónica de D. João II* não há muito a dizer. Há quem defenda que este autor se apropriou de textos de terceiros e que a sua crónica se mostra um pouco desorganizada. De facto, não encontramos uma organização como nas de

⁹³ Zurara, *Crónica dos Feitos*, 74.

⁹⁴ Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro*, 16.

⁹⁵ Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte*, 135.

Zurara, provavelmente por os seus textos seres escritos apressadamente, e com pouco cuidado. Neles são também pouco relevantes as referências a cativos.

Apesar de ser muitas vezes acusado de não ter prestado a atenção devida à expansão portuguesa, foi um homem que “viveu numa época em que a coroa tentava afirmar-se como poder central na governação de um país e Pina esteve mais envolvido nesta questão do que com as navegações”.⁹⁶ A leitura desta crónica mostra-se então indispensável, pois Rui de Pina foi o último cronista da primeira vaga que durou todo o século XV e que se iniciou com Fernão Lopes.

Para António Quadros,

a história de Rui de Pina oscila, desta forma, entre os prismas memorativos e étnicos, traduzindo conceitos próprios da atmosfera clássica que começava a impor-se em Portugal. O autor busca a verdade dos factos, por meio de documentos oficiais e de testemunhos privados procedendo à narração segundo um critério objetivo e temporal. Mas o seu quadro de apreciação varia com a época, na tendência natural, à medida que recua no tempo, para idealizar situações e restringir o campo narrativo.⁹⁷

Contudo, se a atenção em relação à expansão portuguesa pode não ter sido muita, o contacto com os povos que os portugueses iam encontrando ao longo da costa ocidental africana já lhe merece outro interesse. Entre os capítulos 57 e 63 são tratados os assuntos sobre o reino do Congo e a conversão do seu rei. Este aspeto mostra a importância da evangelização, como ainda bastante presente, mas não só. Também a difusão da língua portuguesa, a partir da instrução religiosa, permitia a implantação de canais de comunicação necessários para a obtenção de informações sobre outras zonas ou povoações:

[...] partirem-se com alguns daqueles negros, e assim o fez, porque aqueles que sobre isso dele primeiro se fiaram e vieram à frota não os deixou mais sair em terra e veio com eles para Portugal, não os trazendo como cativos, mas com fundamento e esperança de que, depois de aprenderem a língua, costumes e tenções de el-rei e do reino de Portugal, tornariam em suas terras e por seu meio as coisas d uma parte e da outra se podiam bem comunicar, porque de outra maneira, segundo a diversidade da língua, não era possível. ⁹⁸

⁹⁶ Rebelo, “Língua”, 375.

⁹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *Cronistas do Século XV – Posteriores a Fernão Lopes* (Lisboa: Biblioteca Breve, 1989), 62.

⁹⁸ Rui de Pina, *Crónica de D. João II* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 113-114.

3.3. O Caso das Crónicas de Garcia de Resende

Com Garcia de Resende e a *Crónica de D. João e a Miscelânea*, que analisei também, pois existe quem defenda que estas duas obras foram escritas como um todo, mas separadas na sua publicação, nota-se algo de muito curioso. Com uma vida de cortesão, como de escritor, é possível observar na sua escrita uma mistura de dois tipos de mentalidade, a do final da Idade Média e a dos inícios do Renascimento, o que o torna uma figura incontornável da cultura portuguesa do século XV.

Um homem ambíguo, ligado aos valores antigos da honra, mas também exposto às novas realidades do mundo, abertas pela expansão ultramarina, terá sido, provavelmente, o primeiro português a mostrar uma perfeita noção da construção de um novo tempo e das transformações que se apresentavam e das quais foi espectador. Captou, assim, o processo histórico da formação do renascimento e as linhas de colisão deste com a expansão portuguesa e europeia, compreendendo bem a vida dentro dos quadros mentais do tempo e do espaço. Duas constantes são notórias na sua obra: O culto ao monarca e a constante e radical mudança no tempo.⁹⁹

Garcia de Resende vai assistir a um capitalismo crescente que torna os cativos provindos de África, não em homens mas num bem comercial:

E a el-rey de Beni mandou per elle presente rico, e de muitas cousas que elle em sua terra avia muito d' estimar. E assi lhe mandou muytos e sanctos conselhos pera o tornar aa fee de Nosso Senhor Jesu Christo mandando-lhe muyto estranhar suas ydolatrias e feytiçarias que em suas terras os negros tinham e usavam. E assi mandou logo com elle feytores e officiaes pera laa estarem e resgatarem a dita pimenta e outras cousas que na terra avia. E depois por ser muito doentia e o trato nam ser de muyto proveyto como se esperava, ha feytoria se desfez, e hos officiaes se vierão.¹⁰⁰

Graças a isto, não se pode falar de uma maior humanização dos africanos ao longo das crónicas, muito pelo contrário, o surto do capitalismo vai produzir uma coisificação dos africanos e uma conceção de bens comerciáveis.

É, no entanto, possível notar que, apesar do autor entender de forma bem clara as alterações que o mundo sofria, nem por isso concordava com elas. Deparamo-nos com um homem “antigo” que se encontrava exposto às novas realidades, mas

⁹⁹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991), 11-47.

¹⁰⁰ Garcia de Resende, *Vida e Feitos d'El Rey D. João II* (Coimbra: *Corpus electrónico do Celga*), 97.

Acedido em 6 de Abril de 2015.

<http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/01vidaefeitos>

mantinhas os valores da antiguidade, o que o fazia defender o espírito da cruzada e não o guerreiro para fins comerciais:

Porque se Deos tem poder, / ele so he o que sabe, ninguém pode cõprehender/ seus juyzios, e saber/ e poder que nelle cabe;/ elle he todo bondade, elle he toda verdade, elle he o sumo bem, elle dá ser, e sostem/ nossa fraca humanidade.¹⁰¹

O tráfico de escravos desde cedo despertava posições muito diversas, devido aos elevados lucros que proporcionava e à exploração dos novos territórios que levava a uma atitude de verdadeira complacência até por parte dos clérigos. No entanto, houve algumas vozes, embora raras, que se manifestaram de forma diferente, principalmente na literatura, como é o caso de Garcia de Resende: “Hũos aos outros se vendem,/ e ha muytos mercadores,/ que nisso somente entendem,/ e os enganam, e prendem, /e trazem os tratadores”.¹⁰²

Apesar do que alguns autores defendem, os escravos nunca chegaram a ser um décimo da população portuguesa, tendo assumido um papel mais predominante em algumas regiões e cidades, onde se atingiu ou ultrapassou este valor. É por exemplo o caso do Algarve, Setúbal e Lisboa, esta última, uma cidade cosmopolita e diferente de muitas outras, apresentava-se não apenas como a capital do reino, mas também de todo o Império Ultramarino Português, não sendo, por isso, de estranhar que a sua demanda por escravos fosse bastante superior à das restantes.¹⁰³ Será, portanto, nas zonas onde a população era mais abastada que os vamos encontrar, mas também onde a carência de mão-de-obra era grande. Por isso, na *Miscelânea*, Resende expressa a sua preocupação em que um dia os escravos atingissem um número mais elevado que os livres: “Veemos no reyno metter/ tantos captiuos crescer,/ e yremse hos naturaes,/ que se assi for serem mais/ elles que nos, a meu ver”.¹⁰⁴

No entanto, enquanto na *Miscelânea* expressa mais afincadamente a sua opinião sobre estes assuntos, a *Crónica de D. João II* retrata-os com maior imparcialidade. Nas citações expostas a baixo é possível notar desde logo a passagem do escravo como homem propício a ser evangelizado, presente nas crónicas de Zurara, para o homem como um bem comercial:

¹⁰¹ Resende, *D. João II*, 381.

¹⁰² Resende, *D. João II*, 345.

¹⁰³ Amélia Polónia e Ana Sofia Ribeiro, “A Commodity or a Person. Slave Interaction in Portuguese Maritime Societies in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, Amélia Polónia e Cátia Antunes, *Seaports in the First Global Age. Portuguese Agents, Networks and Interactions. 1500-1800* (Porto: Editorial U. Porto, 2016), 5.

¹⁰⁴ Resende, *D. João II*, 363.

Escusaram-se todos esperando por mayor valia, salvo hum Joam Mendez Cecioso, cidadam honrrado que mandou loguo levar aa praça huns corenta moyos que tinha, e mandou dizer a el-rey se queria sua alteza que o posesse a vinte reaes que assi se venderia. Agardeceo-lho el-rey e quis que a trinta se vendesse; e fez-lhe logo por yssso merce de dous escravos.¹⁰⁵

E assi foy ordenado e feyto orçamento como despesa necessaria e principal, quanto se poderia dar de merce e dadivas, por el-rey e raynha e o principe aas pessoas de toda calidade que aas festas viessem assi em ouro amoedado como em coraes, joyas, bayxellas de prata lavrada, e borcados, sedas, cavallos, escravos, o que tudo se comprio em muyto grande abastança; porém as festas e comprimento delas socederam de maneira, que a despesa destas cousas passou muito polla ordenança; o que tudo se cumprio com muyta grandeza e louvor d' el-rey.¹⁰⁶

Esta conceção dos escravos africanos como um bem comercial é algo que se consolida ainda mais quando entramos na *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel* de Damião de Góis.

3.4. O Caso das Crónicas de Damião de Góis

Damião de Góis foi uma figura ímpar do Renascimento português, e na sua condição de humanista, coube-lhe o papel de noticiar e legitimar as novas da expansão portuguesa, principalmente no Oriente, mostrando um rigor e imparcialidade independentemente de agradar ou não a todos.

O trabalho de Pina deixara muito a desejar, obrigando-o a recomeçar. Com as mãos no reinado de D. Manuel e uma vasta experiência e espírito culto integrado no pensamento europeu, com influências de Erasmo e Lutero, com que convivera por diversas vezes, transcreveu o que este monarca de melhor fez, mas sem encobrir as partes negras da sua história, com verdades inconvenientes e perigosas para a época. Exprimia-se livremente, escrevendo as conclusões a que chegava. Quando a crónica de D. Manuel finalmente apareceu, o descontentamento foi notório e ruidoso, principalmente por parte de certas camadas da aristocracia.

Menos de quatro anos depois, em 1571, Góis é preso pela Inquisição. Anteriormente protegido pela força do Cardeal (teria sido este a escolhê-lo para escrever a crónica de seu pai e foi a casa real que adiantou o dinheiro para a impressão da obra), via agora a situação alterar-se. Condenado por heresia pelo Tribunal do Santo Ofício,

¹⁰⁵ Resende, *Vida*, 97.

¹⁰⁶ Resende, *Vida*, 97.

acabou por morrer em cárcere penitenciário perpétuo no Mosteiro da Batalha, dois anos depois.¹⁰⁷

Não são muitas as descrições sobre escravos africanos (provavelmente pelo seu interesse estar mais voltado para o Oriente), mas os capítulos sobre pilhagem e captura de gente para fins económicos encontra-se bastante presente:

[...] Alvaro Telez que esgarrou atte ho cabo de Guardafum, onde fez algũas presas, de q ficou riquo, & has que com elle iham, & dahi foi ter com Tristam da cunha a çacotarã, & assi faltou da frota Rui pereira coutinho, que foi ter á ilha de Sam Lourenço, pela borda de dêtro a hũa baia, aque pos home ha fermosa, onde ui erão ter com elle dezoito mançebos em hũa almádia, hos quaes festejou, & lhes deu algũas peças pera se cobrirem, por nam trazerem outro traço q hũs panetes de palma com q andauão encachados être has pernas, dos quaes trouxe dous consigo [...].¹⁰⁸

É possível que estas escassas representações nas crónicas régias ocorram graças ao facto de, a partir de certa altura, esta captura não ser uma atividade única e exclusivamente da coroa, mas também de particulares que queiram fazer disto um negócio. António Carreira explica este aspeto conforme vimos acima.¹⁰⁹

Na sua *Crónica* denota-se igualmente a preocupação de D. Manuel I em não importunar os mouros, uma vez que nos seus reinos se encontravam muitos portugueses e existia o medo de uma revolta. Este aspeto encontra-se bem explicado aquando são expressas as suas razões para retirar aos judeus os seus filhos, mas não aos mouros:

Ha causa foi porque de tomarem hos filhos ahos ludeus se nõ podia recreçer nenhũm domino ahos christãos que andam espalhados pelo mũdo, no qual os ludeus por seus pecados nam tem regras, nem senhorios, çidades, nẽ villas, mas antes ã toda parte õde viuẽ sam peregrinos & tributários, sem terem poder, nem authotidade pera executar suas vôtades contra has injurias, & males que lhes fazem. Mas ahos mouros per nossos peccados & castigo permite Deos terem occupado ha mór parte de Ásia, & África, & boa de Europa, onde tem Impérios, Regnos, & grandes senhorios, nos quaes viuẽ muitos christãos debaixo de seus tributos, allem dos muitos que tẽ captius, & a todos estes fora mui perjudicial tomarem se hos filhos dos mouros, porque ahos que se este agrauo

¹⁰⁷ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953), 6-40.

¹⁰⁸ Góis, *D. Manuel*, 70.

¹⁰⁹ Carreira, *Notas*, 21-22.

fezera, he claro que se nam houueram desqueçer pedir vingança dos christãos q habitavam nas terras dos outros mouros.¹¹⁰

Ao contrário das crónicas anteriores, e como já foi dito anteriormente, as preocupações de D. Manuel I estavam mais voltadas para os domínios orientais do que propriamente para a África ocidental. Posto isto, é bastante visível esta fuga para oriente durante a crónica, principalmente depois das viagens de Vasco da Gama e os inícios do Estado da Índia, nome dado a todas as possessões portuguesas entre Sofala e Macau, ou seja, toda a costa marítima da África oriental e da Ásia, do Cabo da Boa Esperança ao Japão.¹¹¹

Vasco da Gama e os seus sucessores encontraram os territórios de Sofala a Somália e com eles, novamente, novos povos e novas culturas que diferiam muito entre si:

Esta ilha aque hos antiquos chamam Madagascar, & nos de Sam Lourenço he hũa das maiores que se sabe em todo ho descoberto, porque tem de comprido mais de trezentas legoas, & de largo mais de çento, & vinte, ã que ha muitos Reis, & senhores, hos mais delles gentios, prinçipalmête hos q viuem no seram da ilha porque hos q habitã na costa do mar, hos mais sam mouros: tẽ todas quãtas molheres querem, & sam negros, & baços, de cabelo reuolto: hos ricos andã cubertos com parras dalgodão, & hos pobres nus sem mais roupa q a q cobrem suas vergonhas.¹¹²

[Ilha de Çacotorá], Ha gête he baça, tem lingoa sobre si, andam nus, assi homês quomo molheres, nam cobrem do corpo mais que has partes vergonhosas com pannos dalgodão: Sam christãos, tem egrejas, & altares cõ cruces anuaradas nelles, & pintadas nas paredes, sem outras nehũas images , jejuão ha quaresma, & ho Aduento, sem comerem carne, nẽ pescado: nam tem mais que hũa molher, & guardam has festas prinçipaes do ãno, assi quomo ho nós fazemos, & no mesmo tempo, & assi has dos Apostolos, & pagam dizimos ás egrejas de que se repairão, & entretem hos saçerdotes, & pagam dizimos, & dizem que ho Apostolo S. Thome foi ho que alli pregou ha fé de nosso senhor Iesu Christo. [...] Chamão se todos dos nomes dos Apostolos, & has molheres pela maior parte Marias, Isabeis, & Annas. [...] Se contentarem do que lhes aqle torram de terra dá, ou de oçiosidade, & preguiça, porque ho sam tanto, que has molheres tem cargo de aproueitar ha fazenda, & fazer os offiços aque hos homês sam obrigados.¹¹³

¹¹⁰ Góis, *D. Manuel*, 43.

¹¹¹ Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Linda-a-Velha: Difel, 1998), 207.

¹¹² Góis, *D. Manuel*, 72.

¹¹³ Góis, *D. Manuel*, 77.

[...] Regno de Benomotápa, do qual hos habitantes sam todos pretos de cabelo frisado, a q hos vizinhos comũmẽte chamãõ Cafres: nã adoram nenhum idolo, nem ho tem: crem que ha hum so Deos, criador de totalas cousas, aho qual adoram, & sencomẽdam, no que parece que em parte contiũãram atte agora, no que atras dixẽ, do seu antigo modo de crer: tem por religiam algũs dias de Guarda, entre has quaes entra ho dia em q nasce o seu Rei. Nenhum crime castigam cõ mór rigor, q ho da feitiçaria, porq a todosos feiticeiros mattam per justiça, sem perdoar a nenhum: tem tâtas molheres quãtas podẽ mãter, mas ha primeira he quomo sehora das outras, & os filhos desta sã herdeiros: nam casam senam cõ molher aque ja viesse sua purgaçam, porque tem q se antes de lhe vir conhecer homem, que hos filhos que parem, sam todos fracos & de pouca vida.¹¹⁴

Em suma, quer à força quer por meios pacíficos, os portugueses estabelecem o seu domínio na costa oriental, com um sucesso bastante facilitado pelas rivalidades internas entre as cidades e reinos. A cruzada iniciada em Marrocos deveria continuar nestes novos territórios, seguindo a mesma política portuguesa iniciada no ocidente africano. No entanto, mais uma vez, esta política religiosa só funcionava na teoria como meio de justificação para as questões económicas. É possível fundamentar esta hipótese quando um oficial do rei lhe escreve em 1508, da ilha de Moçambique, a aconselhá-lo a matar ou expulsar os judeus dessa costa, pois estes eram um perigoso concorrente comercial.¹¹⁵ Foram ainda muito mais relutantes, dentro deste novo território, no que toca ao processo de evangelização. A frequência com que os africanos eram evangelizados no ocidente africano, nada teve a ver com os do oriente. Só em 1761 é construído um seminário na ilha de Moçambique para a formação, tanto de mulatos como de negros livres e brancos.¹¹⁶

Considerações Finais

Em jeito de conclusão é possível verificar uma evolução diacrónica na cronística portuguesa, quer seja devido aos contextos e ao significado do escravo para a economia e sociedade portuguesas, quer no que toca ao perfil do cronista e às perspetivas a que ele se encontra associado.

¹¹⁴ Góis, *D. Manuel*, 35.

¹¹⁵ C. R. Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825* (Porto: Afrontamento, 1988), 46.

¹¹⁶ Boxer, *Relações*, 59.

O que no início começou por ser uma campanha inserida dentro dos princípios da evangelização, com Zurara, rapidamente se vai tornando numa procura incessante da obtenção de lucros cada vez maiores. Este aspeto é já bastante visível quando chegamos à crónica de Garcia de Resende, mas ainda mais no que toca à de Damião de Góis.

Zurara preocupa-se em legitimar estas campanhas, talvez por ordem do rei ou por descargo de consciência. A verdade é que se dedica, ao longo das suas crónicas, a distinguir a terra dos mouros e a terra dos negros, bem como os seus habitantes. No entanto, denota-se um pouco mais de respeito pelos últimos, talvez por não haver uma história anterior de conflitos e confrontos, com estes indivíduos, como havia com os primeiros. Os argumentos religiosos são, portanto, uma constante do discurso, vistos estes homens passíveis de escravizar como forma de salvar as suas almas corrompidas e atribuindo-se a culpa à maldição de Noé.

Ao longo das crónicas, este contexto religioso vai-se perdendo, dando origem a uma lógica mais económica e comercial. Já Garcia de Resende se debruçava sobre estes aspetos com bastante pesar na *Miscelânea* e com uma maior parcialidade na *Crónica de D. João II*. No entanto esta conceção dos escravos africanos como um bem comercial é algo que se consolida ainda mais quando entramos na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis.

Estas questões são bastante visíveis aquando do contacto com territórios mais orientais, com povos e culturas diferentes dos anteriores, nos quais a questão religiosa não vai ser tão predominante. A evangelização destes novos povos vai ser bastante tardia, o que pode denotar a falta de preocupação em converter tais populações, uma vez que assim, as campanhas religiosas utilizadas para a legitimação da escravatura deixavam de fazer sentido e daqui não poderiam mais retirar proveito económico.

A maneira como os africanos eram olhados esteve sempre, portanto, em constante interligação com a economia e a sociedade portuguesa. Na teoria, a evangelização funcionava como argumento para legitimar estas campanhas. Já na prática, as coisas vão-se revelando diferentes, e apesar de os cronistas, principalmente Zurara e Pina, tentarem abafar esta realidade, pois o intuito das crónicas nesta altura era a exaltação de certas personagens e não a transmissão de opiniões próprias, é possível notar alguma má consciência suscitada pelo sofrimento por estes homens. Já com Resende e os inícios do Renascimento, este assunto vai ser bem mais analisado.

Durante o século XVI, os portugueses criaram um império comercial mundial que se estendia do mar da China e do oceano Índico ao Brasil e Angola, no Atlântico sul. Este império não foi desafiado por nenhum outro Estado Europeu durante 100 anos, teve um profundo e prolongado impacto na economia e na cultura da Europa e deu início à mudança das relações europeias com o resto do mundo que, hoje, se interpretam como sendo os primórdios da globalização.¹¹⁷

¹¹⁷ Newitt, *Portugal*, 93.

Fontes

Impressas

- Góis, Damião de. *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953.
- Pina, Rui de. *Crónica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- Resende, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.
- Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Porto, 1988.
- Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos da Guiné*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006.

Bibliografia

- Avelar, Ana Paula. “A Cronística Portuguesa da Expansão: Modelos e Práticas Discursivas: Narrativas de um Poder em Questão”, *Colóquio Internacional Discursos de Legitimação: Atas*. Lisboa: Universidade Aberta, 2003.
- Barreto, Luís Filipe. *Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista: Problemas da Cultura dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Quetzal, 1989.
- Bethencourt, Francisco e Curto, Diogo Ramada (dirs.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- Boxer, C. R. *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1988.
- Campos, José Marino de. *Os Descobrimentos: Encontro de Povos, Culturas e Religiões*. Apelação: Paulus, 1998.
- Carreira, António. *Notas sobre Tráfico Português de Escravos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.
- Costa, João Paulo Oliveira e Lacerda, Teresa. *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa: Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2007.
- Febvre, Lucien. *Combates pela História*, Lisboa: Editorial Presença, 1977. Volume I.
- Fonseca, Jorge. *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

- Garcia, José. *Breve História dos Descobrimentos e Expansão de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. Volume IV.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar - Séculos XIII – XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.
- Lahon, Didier. “Da Redução da Alteridade a Consagração da Diferença: as Irmandades Negras em Portugal (Séculos XVI-XVIII)”. *Projecto História*, 44 (2012): 53-83.
- Lahon, Didier. “O Escravo Africano na Vida Económica e Social Portuguesa do Antigo Regime”. *Africana Studia*, 7 (2004): 73-100.
- Lahon, Didier. *O Negro no Coração do Império: uma Memória a Resgatar: Séculos XV-XIX*. Lisboa: Ministério da Educação, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, 1999.
- Lopes, Edmundo Correia. *A Escravatura – Subsídios Para a Sua História*. Lisboa: Antígona, 1944.
- Mattoso, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Volume III.
- Medina, João e Henriques, Isabel Castro. *As Rotas dos Escravos, Angola e a Rede do Comércio Negroiro*. Lisboa: Cegia, 1996.
- Mendes, António Almeida. “Portugal e o Tráfico de Escravos na Primeira Metade do Século XVI”. *Africana Studia*, 7 (2004): 13-30.
- Newitt, Malyn. *Portugal na História da Europa e do Mundo*. Alfragide: Texto Editora, 2012.
- Pimentel, Maria do Rosário Pericão da Costa. *Chãos de Sombras: Estudos Sobre Escravatura*. Lisboa: Colibri, 2010.
- Polónia, Amélia e Ribeiro, Ana Sofia. “A Commodity or a Person. Slave Interaction in Portuguese Maritime Societies in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, Amélia Polónia e Cátia Antunes, *Seaports in the First Global Age. Portuguese Agents, Networks and Interactions. 1500-1800*. Porto: Editorial U. Porto, 2016. 234-259.
- Santos, Maria Emília Madeira. *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em Africa*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.
- Saunders, A. C. de C. M. *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal: 1441-1555*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do século XV – Posteriores a Fernão Lopes*.

Lisboa: Biblioteca Breve, 1989.

Serrão, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

Volume II.

Thomaz, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Linda-a-Velha: Difel, 1998.

UNESCO. *O Tráfico de Escravos Negros: Séc. XV-XIX*. Lisboa: Edições 70, 1979.

Walvin, James. *O Tráfico de Escravos*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.